

# **CONTEXTO, MOTIVAÇÃO, PARTICIPAÇÃO E RESULTADOS EM COOPERATIVAS: A DESCOBERTA DO PAPEL DA MULHER EM UMA COOPERATIVA DO LITORAL NORTE DE SÃO PAULO.**

GASPAR, Janaína de Abreu, Especialista\*  
MUTERLE, Maria do Carmo Cataldi, Doutora\*

\*FATEC São Sebastião  
R. Ítalo do Nascimento, 366, Porto Grande, São Sebastião-SP  
CEP 11600-000/Telefone (12) 3892-3015  
janainadeabreu@uol.com.br  
mccarmomuterle@gmail.com

## **RESUMO**

O presente artigo destaca as descobertas alcançadas através de um projeto da Fatec de São Sebastião sobre o cooperativismo da região. Tem por objetivo conhecer organizações cujas características e motivações se diferenciam das empresas que seguem a lógica do capital, entretanto, participam do mercado capitalista e verificar os avanços e limites, compreender o contexto em que foi formada, as motivações dos cooperados e os resultados econômicos e sociais. Os dados foram obtidos através de um grupo de pesquisa realizado na Fatec de São Sebastião que aplicou um roteiro de entrevista em cooperativas da região. Verificou-se o histórico das associações, a organização e gestão dos cooperados. Descobriu-se, então, o papel da mulher em uma das cooperativas e este artigo propõe essa discussão. Os dados mostram que uma gestão organizada e transparente, supre os elos da cadeia produtiva, mas precisa de trabalho conjunto e profissionalismo. A mulher tem seu papel na sociedade e também na cooperativa. Políticas de gênero é um tema atual e merece destaque em pesquisas futuras. A cooperativa analisada é da cidade de São Sebastião e atende famílias não só das proximidades, como também de cidades vizinhas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Cooperativismo, Papel da mulher, Princípios.

## **ABSTRACT**

*This article highlights the findings of a project from Fatec São Sebastião on the cooperativeness of the region. Organizations aim to understand the characteristics and motivations which differ from companies that follow the logic of capital, but also to participate in the capitalist market and check the progress and limits, understand the context in which it was formed, the motivations and the economic and social results of cooperative. The data were obtained by a research group performed in Fatec São Sebastião which conducted an interview in the cooperatives of the region. There was a history of associations, organization and management of cooperatives. It turned out, then, that the role of women in a cooperative and this article proposes the discussion. The data show that an organized and transparent management, provide the links of the production chain, but it is necessary to work together and professionalism. The woman has her role in society and also in the cooperative. Gender politics is a current topic and deserves attention in future research. The analyzed cooperative is in the city of São Sebastião and serves families not only nearby, but also from the neighboring towns.*

**KEY-WORDS:** *Cooperatives, Role of women, Principles.*

## **INTRODUÇÃO**

As transformações tecnológicas, econômicas e sociais têm propiciado o desenvolvimento de diversos tipos de organizações que buscam enfrentar as turbulências e exigências do mercado através da cooperação, da liberdade e da solidariedade. O objetivo deste trabalho, então, é promover o aprendizado em tipos de organizações cujas características e motivações se diferenciam das empresas que seguem a lógica do capital, entretanto, participam do mercado capitalista e assim conhecer seus avanços e limites, compreender o contexto em que foi formada, as motivações dos cooperados, os resultados econômicos e sociais, além de perceber as diferenças entre as práticas de cooperação e de competição.

A pesquisa faz parte de um projeto desenvolvido no ano de 2010 e 2011 na Fatec de São Sebastião, vinculado à disciplina

de Economia. Permitiu-nos ampliar horizontes, e promoveu nossa iniciação no aprendizado da área de processos de gestão em tipos de organizações que são expressivamente estudadas pelas teorias econômicas hegemônicas.

## 1 O COOPERATIVISMO

A globalização econômica e mercadológica expandiu o capitalismo em âmbito mundial e gerou mudanças sociais profundas em praticamente todas as esferas da sociedade como a tecnologia, as exigências das relações interpessoais, o individualismo, o desemprego, os valores morais e a competitividade. Para sobreviver neste cenário, às empresas precisam de maior flexibilidade, concentração e centralização de capitais para fazer frente ao novo padrão de concorrência empresarial, porém as restrições às pequenas e microempresas se acentuam gradativamente conforme assinala Souza (1998).

De acordo com o autor, a defasagem na gestão, a baixa capacidade de produção, a dificuldade de acesso a recursos financeiros, as baixas economias internas e a dificuldade de acesso às externas, as restrições de acesso a bens de capital modernos e recursos humanos com maior qualificação técnica, explicam as restrições às empresas de menor porte que para sobreviverem no mercado atual buscam alternativas, como por exemplo, o cooperativismo que para Crúzio (2005) torna-se uma opção satisfatória em função das relações de trabalho descomplicadas e pelos ótimos resultados econômicos.

Para entender a gestão das cooperativas, é importante ter claro o conceito do termo que conforme a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) é uma sociedade de, no mínimo vinte pessoas físicas, com um interesse em comum, economicamente organizada de forma democrática, isto é, com a participação livre e igualitária dos cooperantes, aos quais presta serviços, sem fins lucrativos. Assim sendo, os sócios se beneficiam enquanto autônomos dos serviços por ela intermediados e reagem perante os efeitos excludentes do capitalismo.

Não basta, porém, a união dos cooperados em prol de um objetivo comum. O incentivo para cooperar, de acordo com Agostinho (2003, p.10) “está na percepção de que é possível a obtenção de ganhos

através da ajuda mútua”, ou seja, a percepção de que o desempenho pode ser superior se o trabalho for conjunto. Já para Crúzio (2005), o sucesso depende da boa organização da cooperativa, da dedicação dos associados e da importância dada ao envolvimento de todos os integrantes. Assim sendo, percebe-se semelhanças na gestão de cooperativas e empresas comuns, todavia “a principal diferença está na forma de decidir sobre os fins da organização”, pois nas empresas quem investe mais capital tem mais influência nas decisões, enquanto que na cooperativa todos tem o mesmo poder de voto, independente de seu investimento (CRUZIO, 2005, p.07).

Diante da sua abrangência e crescimento, a sustentabilidade de uma empresa comum em um negócio, exige não apenas o conhecimento técnico, mas também boas práticas administrativas adaptadas a sua realidade (MACHADO, 2006). Com as cooperativas não é diferente; também não podem deixar de acompanhar a tendência de mercado e, no mínimo, avaliar sua gestão e suas condições de sobrevivência. Ressalta-se que o cooperativismo tem apontado muitos conflitos e dilemas associados ao crescimento vertical ou horizontal das cooperativas à medida que ocorre especialização técnica para atender às exigências do mercado (CRUZIO, 2005).

Assinala Zylbersztajn (1994, p.24) que o desafio das cooperativas é “manter seu papel de sistema produtivo centrado no homem e, ao mesmo tempo, desenvolver organização capaz de competir com empresas de outras naturezas com orientação para o mercado”, portanto elas visam à coletividade e os objetivos comuns, sendo que para sobreviver como organização e garantir um espaço no mercado são obrigadas a competir com empresas do ramo. Deste modo, estão inseridas em uma lógica capitalista e de competição e precisam estar preparadas para tal cenário. As cooperativas, se bem organizadas, têm condições de competir com as demais empresas de seu ramo, pois eliminam os atravessadores no momento em que eles mesmos produzem e vendem seus produtos, o que possibilita também negociar melhores preços, prazos e formas de pagamentos junto a fornecedores já que compram em maiores quantidades, reduzindo assim os custos unitários de produção (CRUZIO, 2005).

Uma cooperativa, para funcionar, segue normas legais, tem seu estatuto próprio, seus cooperados elegem seus dirigentes e estes

são responsáveis por estabelecer políticas para o desenvolvimento organizacional, de acordo com a missão, os princípios e a visão da organização. Os sete princípios cooperativistas são amplamente enfatizados na literatura e de acordo com Crúzio (2005) devem existir em todas as cooperativas. São eles, o de adesão voluntária, sequencial, participação econômica dos sócios, da autonomia, educação e treinamento aos sócios, intercooperação e da preocupação com a comunidade.

Conforme a OCB (2011), os sete princípios do cooperativismo são “as linhas orientadoras por meio das quais as cooperativas levam os seus valores à prática”, são parâmetros que devem ser seguidos. O primeiro é o da adesão voluntária e livre, ou seja, são abertas a todas as pessoas aptas a utilizar os seus serviços e assumir as responsabilidades como membros, sem discriminações de sexo, sociais, raciais, políticas e religiosas. Na sequência, a gestão democrática diz respeito às cooperativas que são controladas pelos seus membros, que participam ativamente na formulação das suas políticas e na tomada de decisões. Os homens e as mulheres, eleitos como representantes dos demais membros, são responsáveis perante estes.

O terceiro princípio é o da participação econômica dos membros que contribuem equitativamente para o capital das suas cooperativas e controlam-no democraticamente. Parte desse capital é, normalmente, propriedade comum da cooperativa. Os membros recebem, habitualmente, se houver, uma remuneração limitada ao capital integralizado, como condição de sua adesão. Os membros destinam os excedentes ou ao desenvolvimento das suas cooperativas, eventualmente através da criação de reservas, parte das quais pelo menos, serão indivisíveis ou em benefícios aos membros na proporção das suas transações com a cooperativa; ou até mesmo em apoio a outras atividades aprovadas pelos membros.

No quarto princípio as cooperativas são organizações autônomas, de ajuda mútua, controladas pelos seus membros. Se firmarem acordos com outras organizações, incluindo instituições públicas, ou recorrerem ao capital externo, devem fazê-lo em condições que assegurem o controle democrático pelos seus membros e mantenham a autonomia da cooperativa. As cooperativas proporcionam, segundo o quinto princípio, educação e treinamento aos seus membros, dirigentes

eleitos, trabalhadores, de modo a contribuir efetivamente para o seu desenvolvimento e sustentabilidade. De acordo com este preceito, a administração da cooperativa deve informar ao público, especialmente aos jovens e aos líderes formadores de opinião, sobre a natureza e os benefícios de ser integrante de uma organização cooperativa.

A Intercooperação é o sexto princípio e afirma que as cooperativas servem de forma mais eficaz aos seus membros e dão mais força ao movimento cooperativo trabalhando em conjunto, através das estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais. O sétimo e último é o interesse pela comunidade onde as cooperativas trabalham para o desenvolvimento sustentado das suas comunidades através de políticas aprovadas pelos membros.

Tais princípios norteiam as ações das cooperativas que “abrem mão da possibilidade de maximizar lucro em função duma perspectiva social e ecológica”, tendo então uma atitude solidária no mercado em que atua (LISBOA, 2005, p.109).

Conclui-se, portanto, que apesar das dificuldades enfrentadas no mercado, as cooperativas para obterem sucesso devem agir com confiança, compromisso e cooperação mútua, além da necessidade de se fortalecerem para manterem-se atuantes.

## 2 METODOLOGIA

O método, de acordo com Rampazzo (2005), é um conjunto de fases sistematicamente organizadas com a finalidade de investigar a verdade, no estudo de uma ciência, ou para alcançar determinado fim. A opção foi por elaborar a pesquisa em três etapas.

A primeira consiste na análise bibliográfica, artigos científicos, *sites* especializados e definição de como iniciar nossas pesquisas, já que segundo Rampazzo (2005) a teoria contribui na associação do saber científico, sendo um instrumento importante de trabalho que sugere relações até então ignoradas possibilitando, então, novas descobertas. A segunda parte do trabalho consiste na elaboração, aplicação e interpretação dos dados, através de entrevistas na cooperativa de produção da cidade de São Sebastião. E com a caracterização completa da cooperativa pesquisada realizou-se a terceira parte do trabalho

que engloba discussão do diagnóstico realizado e aprofundamento do referencial teórico focando nossas descobertas quanto à missão, objetivos, estrutura organizacional e legal, parcerias e gestão participativa, descrição dos principais aspectos produtivos, comerciais, financeiros e diagnóstico dos principais problemas e avanços.

Para alcançar os objetivos propostos, a verificação empírica foi realizada por meio de pesquisa que caracteriza-se como estudo de caso, pois é a estratégia segundo Yin (2001), que melhor adéqua questões do tipo “como” e “por quê”, além de prover compreensão nos temas relacionados a fenômenos individuais, organizacionais, sociais e políticos preservando características expressivas da realidade e oferecendo formas de investigações baseadas em procedimentos previamente estabelecidos.

Entretanto, esses procedimentos não visam impedir as descobertas, como sugere Pais (2003), na perspectiva da sociologia do cotidiano, os procedimentos prévios são guias e não instrumentos rígidos de pesquisa que impedem descobrir as especificidades do objeto de estudo.

### **3 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

A empresa em estudo foi uma Cooperativa de produção da cidade de São Sebastião, Litoral Norte do estado de São Paulo. A cooperativa foi fundada em 2001 e iniciou suas atividades com apoio do Governo Federal, SEBRAE, Prefeitura de São Sebastião e Estado de São Paulo com o objetivo de eliminar atravessadores que prejudicavam o trabalho na região. A intenção era criar cinco boxes para comércio de produtos, porém houve muitos interessados e a solução encontrada foi criar a cooperativa.

São em média 50 embarcações que pertencem aos próprios cooperados e somam aproximadamente 150 famílias beneficiadas, moradoras de São Sebastião, Ilhabela, Ilha de Búzios e Bonete. As esposas dos cooperados cuidam do atendimento ao cliente e na organização do local, enquanto que os homens pescam e cuidam da limpeza dos peixes.

Para atendimento de seus membros, a cooperativa conta com

uma sede em regime de comodato onde funciona o setor administrativo, o local de vendas no varejo, estoque, atracação dos barcos de pesca artesanal, estrutura de apoio, descarregamento das embarcações e carregamento para vendas no atacado. Tem como frente de trabalho as embarcações pesqueiras e as vendas. O cooperado descarrega e faz a nota fiscal da mercadoria. Os peixes são vendidos no local e o que não é comercializado no dia, é levado no período noturno para o CEAGESP.

A relação entre cooperados e diretoria é direta; sempre conversam e trocam ideias. As decisões mais importantes são tomadas com o consentimento de todos, porém as mais rotineiras são decididas pela diretoria, pois há uma grande dificuldade em reunir todos os cooperados; muitos moram longe e sempre há embarcações no mar.

A compra de materiais em atacado possibilita aos cooperados economia na manutenção, nos apetrechos, óleo, gelo, graxa, filtro, entre outros, diminuindo custos e tempo em adquirir tais materiais. Porém, se não for bem administrado, esses procedimentos podem prejudicar o crescimento da organização, pois cada cooperado faz seu horário de trabalho e recebe por produção, o que gera muitos endividamentos, uma vez que os associados saem com as embarcações utilizam material da cooperativa como óleo, gelo e diesel, e quando retornam não conseguem arcar com as despesas. Esse agravante prejudica o crescimento da cooperativa visto que o excedente é utilizado para cobrir tais despesas.

Há uma grande preocupação com a qualidade do produto e com os preços articulados ao mercado que são sempre pesquisados em tabelas apropriadas. Os produtos são vendidos no próprio local, enviadas ao CEAGESP (Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo) e também comercializados nas regiões próximas através de um representante contratado. O que se percebe é que, ao mesmo tempo em que contribuem para escoar as safras, movimentam o comércio atacadista e varejista e barateiam os custos para o consumidor.

A venda de pescados no varejo tornou-se um tradicional ponto de referência para os moradores da região, turistas e comerciantes locais que prezam por produtos de qualidade, confiáveis e com preços justos. No entanto, a cooperativa depende das safras e do período de defeso dos pescados e somente com o congelamento dos produtos é que consegue atender o cliente durante todo o ano. Para que isso seja possível, faz-se necessário uma estrutura compatível com a quantidade de estoque

e um planejamento logístico eficiente. Deste modo, a cooperativa é autossustentável e autossuficiente visto que possui diversificação de produtos, armazenamento para tê-lo durante todo o ano e arca com seus dispêndios.

Além disso, com a realização da pesquisa, percebeu-se o papel da mulher na cooperativa, que ajuda no trabalho, contribuindo assim para a renda da família. As tarefas são divididas entre os cooperados, porém o crescimento da cooperativa está vinculado aos custos dos cooperados que muitas vezes fazem dívidas dentro da própria cooperativa.

A entrevista realizada e a observação do trabalho na cooperativa nos trouxe outro viés do cooperativismo, o papel da mulher em cooperativas.

Com o intenso e rápido progresso em função da globalização, a trajetória do trabalho da mulher passou do limitado mundo do lar e da família para postos de responsabilidade em todos os setores, inclusive nos considerados masculinos. Os sinais de mudança de cenário são contundentes e revolucionários, principalmente no que tange as expectativas das mulheres sobre elas mesmas e nas expectativas da sociedade sobre o lugar delas no mundo (HOBBSAWM, 1995).

Para Hirata (2001) trata-se de um dos paradoxos da globalização, pois se verifica o aumento do emprego remunerado, entretanto acompanhado pela sua precarização e vulnerabilidade crescentes perceptíveis, sobretudo, nas desigualdades de salários, de condições de trabalho e de saúde. A divisão do trabalho doméstico não teve alterações o que denota a dupla jornada de trabalho por parte das mulheres, afirmação confirmada também por Gawlak e Ratzke (2010) que relatam que para a mulher, muitas vezes, o esforço e dedicação têm de ser multiplicados, pois ela precisa exercer vários papéis, como o de profissional, de mãe, de companheira, de responsável pela casa, entre outros.

Diante da dificuldade em conciliar vida familiar e profissional, das dificuldades de acesso à propriedade e ao crédito e o custo de vida cada vez maior, as mulheres são quase sempre as primeiras a se mobilizarem e se auto organizarem, impulsionadas primeiramente pela vontade e pela necessidade. Perante essa realidade, as iniciativas associativas e cooperativas parecem capazes de absorver essa parcela da população, principalmente, por serem organizações mais flexíveis, mais criativas e mais próximas da população (GUÉRIN, 2003).

No cenário atual percebe-se o individualismo, as relações verticais e a desconfiança como preponderantes, entretanto, se “o conformismo e a passividade geram sociedades e organizações fracas em capacidade de trabalhar e lutar pelo bem comum” e, atualmente, as oportunidades de trabalho estão mais distantes do modelo de emprego formal, regulamentado por meio de uma carteira de trabalho ou outro tipo de contrato entre o patrão e o empregado, então, outras atitudes precisam ser tomadas (COSTA, 2001, p.24). As cooperativas surgem como um formato alternativo que constrói novas relações de trabalho com base nos conceitos de autogestão, democracia, participação, posse coletiva dos bens e distribuição equitativa dos ganhos, além de orientar que as práticas econômicas sejam construídas com base nos princípios da sustentabilidade humana, social, econômica, ambiental e cultural (SCHWENGBER, 2003).

Desde *Rochdale*, cooperativa de consumo considerada pioneira, é inegável que o empreendedorismo feminino tem contribuído para a igualdade de gênero nos movimentos cooperativistas no mundo (BRASIL, 2009). Os primeiros membros da Sociedade de *Rochdale* eram cooperados fiéis; compravam no armazém todos os artigos que suas famílias precisavam, sem se preocuparem com a distância do depósito e com os preços dos produtos considerados altos na época. Eles acreditavam na cooperativa e suas esposas os apoiavam com entusiasmo. As mulheres se orgulhavam de pagar as mercadorias com dinheiro á vista e consideravam o armazém como delas, na época, a adesão feminina foi considerada um dos fatores para o êxito do movimento cooperativista (HOLYOAKE, 1933).

Os sócios frequentavam as assembleias mensais e extraordinárias da cooperativa, além das sessões urgentes e discussões vespertinas nos armazéns o que gerava um afastamento familiar, conseqüentemente, a esposa tinha de ficar em casa sozinha e muitas vezes sentia-se preterida, mas apoiava o marido e demonstrava interesse na cooperativa, o que lhes rendeu frutos. Em *Rochdale*, as mulheres podiam ser sócias e exercer o direito do voto; muitas se associavam para decidir pelo marido, ou mesmo para defender seus interesses e impedir que os maridos usassem o dinheiro que elas economizavam com o trabalho nas tavernas. A importância da mulher no movimento era tanta que muitas moças acumulavam economias na sociedade para terem boa reputação como

donas de casa, pois os rapazes consultavam os livros da sociedade quando queriam escolher uma esposa (HOLYOAKE, 1933).

Em 1885 uma reunião dos cooperados em *Rochdale*, foi organizada após a assiduidade feminina se concretizar e publicaram uma declaração de princípios votados por assembleia (HOLYOAKE, 1933): O primeiro expõe que a sociedade humana é um corpo formado por membros que têm os mesmos interesses. O segundo afirma que os trabalhadores não são rivais, mas sim companheiros de trabalho. O terceiro garante que o mecanismo do intercambio deve ser governado pelo princípio de justiça e não pelo do egoísmo.

Esses três princípios mostram como a moralidade da cooperação é muito superior à moralidade da competência no movimento cooperativista e também a importância dada às relações de gênero desde aquela época, pois nas cooperativas as mulheres dividem com os homens as mesmas atividades, participando de capacitações e buscando estar sempre atualizadas. Mesmo aquelas que não estão ligadas diretamente na rotina da cooperativa participam indiretamente das atividades cooperativistas, acompanhando o desempenho de seu marido e filhos (GAWLAK e RATZKE, 2010).

Segundo Brasil (2009), cooperar é agir de forma coletiva para atingir um único fim e para Schneider (1999, p.79) o objetivo das cooperativas “não é sobreviver, mas viver para proporcionar uma vida melhor” aos seus integrantes e a sociedade em geral. Todavia, as mulheres representam hoje mais de 50% da população do Brasil e do mundo. Como excluí-las do desenvolvimento econômico e social? Do mercado de trabalho? Da geração de renda? Deve-se destacar que as mulheres vêm de um longo processo de discriminação, o que determinou nos últimos 50 anos, ações urgentes para eliminar as desigualdades (BRASIL, 2009).

No cooperativismo, os princípios que regem o movimento, por si só, não são suficientes para promover uma mudança nos comportamentos, na forma de pensar e na estrutura social da comunidade (SOUZA, 2010). Desde a década de noventa, o cooperativismo mundial vem trabalhando as questões de gênero com propostas de mudanças nas atitudes e comportamentos dos associados, visando gerar relações de equidade entre homens e mulheres através de movimentos como o Comitê de Igualdade dos Gêneros criado em 1965

pela ACI (*International Cooperative Alliance*) e a GEDEIC (Gênero e Desenvolvimento Integrado em Cooperativas) criado pela OCB em parceria com a ACI em 1999 que estimulam as discussões a nível regional, nacional e internacional, sobre os temas relacionados com a equidade e igualdade de gênero e que estimulam as oportunidades iguais no movimento cooperativo e na sociedade (BRASIL, 2009).

Para que haja efetividade na cooperativa, os princípios que norteiam o movimento devem ser executados e para saber quais grupos realmente colocam em prática tais exigências, faz-se necessário construir indicadores que avaliarão as ações cometidas pelas cooperativas. Lisboa (2005) cita três indicadores, o ambiental, o social e o econômico como forma de saber se um empreendimento pertence à socioeconomia solidária. As questões de gênero pertencem ao indicador social que abrange dimensões como o fortalecimento da identidade e do processo de empoderamento local, dimensões de etnia e gênero e de inserção de pessoas excluídas (LISBOA, 2005). É portanto, importante garantir que as cooperativas contribuam com o desenvolvimento humano das mulheres e dos homens promovendo, sobretudo, a contribuição das mulheres na sociedade e nas economias de muitos países (BRASIL, 2009).

Estatísticas da OCB (2011) mostram que as mulheres representaram em 2010, 27,6% dos cooperados e 35,2% do quadro de empregados das cooperativas brasileiras. Isto em um universo de 6.652 cooperativas formado por mais de oito milhões de associados e trezentos mil funcionários. É um cenário revelador, mas que ainda precisa de incentivos e conscientização. Portanto, faz-se necessário superar as desigualdades de gênero para que a mulher e o homem se libertem de seus estereótipos; a mulher como responsável da organização do lar e o homem como provedor da família (SOUZA, 2010).

Muitas vezes as mulheres são excluídas da possibilidade de fazer parte de uma cooperativa, pois o direito é reservado somente ao chefe de família (BRASIL, 2009), contrariando todos os princípios cooperativos, especialmente o primeiro, intitulado princípio da adesão livre e voluntária que segundo Benato (2003) é a aceitação de todas as pessoas aptas a usar os serviços e dispostas a aceitar as responsabilidades de sócios, sem discriminação social, racial, política ou religiosa e de gênero. No entanto, no mundo inteiro as mulheres estão demonstrando

ser agentes de mudanças, e com persistência, estão produzindo transformações (BRASIL, 2009).

Uma cooperativa é um modelo de empresa baseado na democracia e na mutualidade, não deve negar as diversidades entre os indivíduos, pelo contrário, deve perseguir objetivos comuns e oferecer a oportunidade de participar e influenciar nas atividades econômicas da sociedade. Todavia, há a consciência de que ainda resta muito a fazer para promover uma maior igualdade de gêneros em todos os níveis, seja por revisão de valores, buscando a igualdade de oportunidades, o respeito e a solidariedade pelo indivíduo, ou por meio de contínua capacitação e profissionalização do trabalho das cooperativas e associações de mulheres (BRASIL, 2009).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesca foi sem dúvida uma das primeiras atividades de indivíduos que se estabeleceram no litoral. O cooperativismo na pesca tem como alvo conscientizar esses profissionais quanto à produção e comercialização de seus produtos. Também é uma forma de organizar política, social e economicamente a classe pesqueira, através de uma gestão organizada e transparente, suprimindo os elos da cadeia produtiva da pesca e aumentando as oportunidades de geração de renda e trabalho para os pescadores e seus familiares, através da busca por um preço justo pelo pescado que capturam, oferecendo maior valor ao mercado.

Com base na pesquisa, verificou-se o papel da mulher no cooperativismo, que cresce através das relações e oferece auxílio nas mais variadas áreas. O ser humano sempre buscou se organizar em grupos e o movimento cooperativista tem justamente este fim, a ação coletiva, independente do gênero do cooperado.

Faz-se necessário construir novas relações buscando a igualdade de oportunidades, o respeito e a solidariedade. O que importa realmente é a transformação, pois a diversidade representa um princípio básico da cidadania e as mulheres têm um papel importante na formação moral e ética dos futuros cidadãos, além de seu papel incontestável na economia do país.

De acordo com Brasil (2012), para avançar na aplicação das políticas de gênero nas cooperativas é imperativo que se observe se a lei e os regulamentos estão adequados à participação igual de ambos os sexos; se o acesso aos benefícios da cooperativa está sendo garantido a todos de maneira igualitária; se os espaços nas cooperativas estão abertos para treinamentos e educação voltados para as necessidades das mulheres e; se a participação na administração (Conselhos de Administração, Fiscal, Comitês) da cooperativa está equilibrada entre mulheres e homens. Sendo assim, as próximas pesquisas podem aprofundar o tema e discutir a relação de gênero no movimento cooperativista da cidade de São Sebastião.

## REFERÊNCIAS

AGOSTINHO, Márcia Cristina Esteves. **Organizações - “administração complexa”**: revendo as bases científicas da administração. RAE-eletrônica - vol. 2 · nº 1 · jan-jun/2003. Disponível em: [www.rae.com.br/eletrônica](http://www.rae.com.br/eletrônica). Acesso em: 26 de maio de 2011.

BENATO, João Vitorino Azolin. **O ABC do cooperativismo**. 7. ed. São Paulo: OCESP, 2003.

BRASIL, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Cooperativismo de gênero**. Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo. Brasília: Mapa/ACS, 2009.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Gênero, cooperativismo e associativismo**: coopergênero, integrando a família cooperativista. Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo. Brasília: Mapa/ACS, 2012.

COSTA, Antonio Carlos Gomes. **Por uma cultura de cooperação**: capital social e mobilização empresarial de base. Brasília: SEBRAE, 2002.

CRÚZIO, Helnon de Oliveira. **Como organizar e administrar uma cooperativa**. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

GAWLAK, Albino; RATZKE, Fabiane. **Cooperativismo: primeiras lições**. 4. ed. rev. atual. Brasília: SESCOOP, 2010.

GUÉRIN, Isabelle. Sociologia econômica e relações de gênero. In: SÃO PAULO, Prefeitura Municipal Coordenadoria Especial da Mulher. **Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as Políticas Públicas**. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003. Disponível em: [www.sof.org.br](http://www.sof.org.br). Acesso em: 31 de agosto de 2011.

HIRATA, Helena. **Globalização e Divisão Sexual do Trabalho**. In: Cadernos Pagu (17/18), Núcleo de Estudos de Gênero, Unicamp, 2001/02. Disponível em: [www.scielo.br/pdf/cpa/n17-18/n17a06.pdf](http://www.scielo.br/pdf/cpa/n17-18/n17a06.pdf). Acesso em: 01 de setembro de 2011.

HOBBSAWM, Eric J. **A Era dos Extremos**. O breve século XX 1914-1991. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

HOLYOAKE, George Jacob. **Os 28 tecelões de Rochdale**. Tradução Archimedes Taborda. São Paulo: Livraria Francisco Alves, 1933.

LISBOA, Armando de Melo. **Economia Solidária e autogestão: imprecisões e limites**. RAE, Pensata. Jul/set, 2005.

MACHADO, S. M. C. F.. **Gestão de cooperativas: um estudo de caso**. Dissertação Mestrado Profissional Multidisciplinar em Desenvolvimento Humano e Responsabilidade Social. Fundação Visconde de Cairu, Salvador, 2006. Disponível em: <http://www.unifisio.org.br>. Acesso em 25 de maio de 2011.

MELO, Alberto. A ação local dos cidadãos como forma de resistência à nova onda de colonização global: o caso da Associação In Loco no Sul de Portugal. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras. Disponível em: [www.ocb.org.br](http://www.ocb.org.br). Acesso em: 26 de maio de 2011.

\_\_\_\_\_. **Apresentação Institucional: Sistema Cooperativista**, 2011. Disponível em: [www.brasilcooperativo.coop.br](http://www.brasilcooperativo.coop.br). Acesso em: 31 de agosto de 2011.

OCESP - Organização das cooperativas do estado de São Paulo. Disponível em: <http://www.ocesp.org.br>. Acesso em: 25 de maio de 2011.

PAIS, Machado. **Vida Cotidiana: enigmas e revelações**. São Paulo: Cortez, 2003.

RAMPAZZO, Lino. **Metodologia Científica**. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

SANTOS, S. Boaventura; RODRÍGEZ, César. Introdução: para ampliar o cânone da produção. In: SANTOS, S. B. (org). **Produzir para Viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SCHNEIDER, José Odelso. **Democracia, participação e autonomia cooperativa**. 2. ed. São Leopoldo: UNISINOS, 1999.

SCHWENGBER, ÂNGELA M. Economia solidária: de estratégia de resistência a estratégia de desenvolvimento. In: SÃO PAULO, Prefeitura Municipal Coordenadoria Especial da Mulher. **Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as Políticas Públicas**. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003. Disponível em: [www.sof.org.br](http://www.sof.org.br). Acesso em: 31 de agosto de 2011.

SOUZA, Margarete Pereira. **Comitê de cooperativo de gênero do estado do rio grande do norte: uma experiência, muitos desafios**. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 9., 2010, Florianópolis, SC. Anais Eletrônicos. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2010. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/>. Acesso em: 01 de setembro de 2011.

SOUZA, Maria Carolina de Azevedo F.; SUZIGAN, Wilson. **Inserção competitiva das empresas de pequeno porte**. Campinas: MICT/FECAMP, 1998.

ZYLBERSZTAJN, Décio. Organização de cooperativas: desafios e tendências. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 29, n. 3, p. 23-32, jul./set. 1994. Disponível em: [www.rausp.usp.br/download.asp?file=2903023.pdf](http://www.rausp.usp.br/download.asp?file=2903023.pdf). Acesso em: 25 de maio de 2011.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Tradução de Daniel Grassi. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.